

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.646 - SP (2019/0196075-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : SARA DA SILVA OLIVEIRA**  
**AGRAVANTE : ADRIANA ARAUJO DA SILVA**  
**AGRAVANTE : MARCIO RODRIGUES DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : FERNANDA PEREIRA DE CARVALHO - SP184091**  
**AGRAVADO : MUNICIPIO DE BARUERI**  
**PROCURADORES : PAULO DE TARSO GUIMARÃES - SP132892**  
**VANESSA FERRARETTO GOLDMAN - SP165129**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por SARA DA SILVA OLIVEIRA, ADRIANA ARAÚJO DA SILVA e MÁRCIO RODRIGUES DE OLIVEIRA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 688):

RECURSO. Apelação. Protocolo efetuado depois de expirado o prazo legal de quinze (15) dias. Intempestividade reconhecida. Apelo não conhecido.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 697/704).

No especial obstaculizado, os agravantes apontam violação do art. 518 do CPC/2015 e defendem a tempestividade da apelação.

Depois de contra-arrazado (e-STJ fls. 724/727), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade (e-STJ fl. 742).

Na presente irresignação, os agravantes alegam, em resumo, que o recurso obstado atende aos pressupostos de admissibilidade e, ao final, reiteram os argumentos anteriormente expendidos.

Contraminuta às e-STJ fls. 781/784.

Em parecer (e-STJ fls. 796/799), o Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do agravo e desprovimento do recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2 do Plenário do STJ).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

Com efeito, mediante análise dos autos, observa-se que os agravantes foram intimados da sentença no dia 26/03/2013 (e-STJ fl. 624), logo, considerando que o prazo de 15 (quinze) dias se inicia em 27/03/2013 e se esgota em 10/04/2013, revela-se intempestiva a apelação apresentada em 11/04/2013 (e-STJ fl. 630)

Dessa orientação não divergiu o Tribunal de origem (e-STJ fls. 686/689), de modo que inexistente ensejo para o acolhimento do recurso.

Destaca-se, por fim, que o juízo de admissibilidade realizado na Corte de Piso é provisório e não vincula essa Corte Superior, de forma que a tempestividade outrora reconhecida não obsta o não conhecimento por intempestividade nessa instância. Precedentes: EDcl no AgInt no AREsp 1.437.432/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, julgado em 05/09/2019, DJe 10/09/2019; REsp 185.864/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, Sexta Turma, julgado em 16/04/1999, DJ 17/05/1999.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado n. 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator